

# **COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ESTUDAR E APRESENTAR PROPOSTAS DE UNIFICAÇÃO DAS POLÍCIAS CIVIS E MILITARES**

## **REQUERIMENTO Nº , 2016** (Do Sr. Rafael Motta)

Requer a realização de Audiência Pública em Natal, capital do Rio Grande do Norte, para debater a Unificação das Polícias Civil e Militar.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 e do art. 256, caput, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a realização de Audiência Pública em Natal, capital do Rio Grande do Norte, durante o mês de maio do corrente ano, para debater sobre a Unificação das Polícias Civil e Militar.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Atualmente, conforme a Constituição Federal, as atividades de polícia judiciária são de responsabilidade das polícias Civil e Federal. E, de acordo com o Código de Processo Penal, a polícia judiciária é um órgão da segurança do Estado que tem como principal função apurar as infrações penais e a autoria desses crimes.

No entanto, a discussão sobre a Unificação das Polícias Civil e Militar no Brasil – o chamado “Ciclo Completo”, vem ganhando força com a apresentação de proposições na Câmara dos Deputados.

Com o objetivo de agilizar os processos criminais, as proposições ampliam a competência da Polícia Militar, dando-lhe atribuições de polícia judiciária, para realizar o "Ciclo Completo" durante a persecução (perseguição) penal, além das atribuições de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, já definidas pela Constituição.

Assim, considerando que a discussão sobre as mudanças na gestão das polícias desponta questões polêmicas e divide opiniões, é indispensável um debate amplo sobre a viabilidade e consequências da eventual unificação da Polícia Civil e Militar.

Diante do exposto e com o apoio da Associação dos Delegados de Polícia Civil do Rio Grande do Norte (ADEPOL/RN), proponho a realização de audiência pública em Natal, na Assembleia Legislativa do Estado, onde deverão ser discutidas questões relevantes, tais como: ingresso, efetividade, viabilidade de padronização da matriz curricular para formação básica, treinamento, cursos de especializações, pré-requisitos de formação para habilitação, resultado na segurança pública das duas forças policiais e formação de gestores com vista aos estudos a respeito da unificação das polícias.

É com vistas à democratização deste importante debate que peço a aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em 28 de abril de 2016.

Deputado RAFAEL MOTTA  
(PSB/RN)